



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 5245/2020, que “determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

JUSTIFICAÇÃO

O propósito do presente Requerimento deve-se à necessidade de a CCJ opinar, à luz de uma análise constitucional mais detalhada, acerca da possibilidade (ou não) de o parlamento federal se imiscuir em questões da competência de outros entes federativos, a exemplo do que pretende o Projeto de Lei (PL) ao impor conteúdos relacionados a Direitos Humanos, combate ao racismo, à violência de gênero e às demais formas de discriminação e preconceito nos cursos de formação de guardas municipais.

Em que pese seja louvável a intenção autoral em promover uma política de conscientização desde a formação profissional dos agentes de segurança pública, haja vista os incontáveis e lamentáveis episódios violentos deflagrados por membros do estado contra a sociedade, a Constituição Federal é clara em resguardar a independência e harmonia entre os Poderes da União.

Não obstante, some-se ainda a intenção de se evitar esforços legislativos inúteis, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) venha a declarar a inconstitucionalidade de lei futura fruto de um Projeto de Lei (PL) com disposições formais discutíveis desde a origem.

Daí as razões que me levam a conclamar os meus nobres pares para que deliberem a favor do presente Requerimento.



Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 5245/2020, que “determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição,...

Sala das Sessões, 5 de junho de 2023.

Senador Hamilton Mourão
(REPUBLICANOS - RS)

